



SINDICATO DOS PROFESSORES DO NORTE NOROESTE FLUMINENSE https://sinpronnf.com.br N° 043 Ano X – 2° Trimestre 2024 ISSN 24477281



00043

RESISTIREMOS!

JORNAL DO SINPRONNF (ISSN 24477281)

* EDITOR CHEFE
Job Tolentino Junior
(SECRETARIA DE RELAÇÕES POLÍTICAS SINDICAIS
E ASSUNTOS JURÍDICOS/TRABALHISTAS)

* EQUIPE DE PRODUÇÃO
Carla Cristina do Carmo Buy; Claudina de Paula Dias
Gomes
(SECRETARIA DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS,

CULTURAIS, DIVULGAÇÃO E IMPRENSA)
Jacimar Fazollo Méra (SECRETARIA DE INTEGRAÇÃO MUNICIPAL)

SINPRONNF

Estamos filiados a:







SUMÁRIO

Página 01:

- INSPIRAÇÃO PARA ESTA EDIÇÃO
- SUMÁRIO

Página 02:

- PROFISSIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ITAPERUNA CONQUISTAM PLANO DE CARGOS E REMUNERAÇÃO
- FETEERJ DENUNCIA A ESTÁCIO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO POR DESCUMPRIMENTO DA CLT

Página 03:

- FETEERJ DENUNCIA A ESTÁCIO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO POR DESCUMPRIMENTO DA CLT

Página 04:

- JEAN WILLIAM FRITZ PIAGET

Página 05:

- A LÍNGUA PORTUGUESA É UMA DAS MAIS ESTRANHAS DO MUNDO: AQUI ESTÃO 6 PROVAS!

Página 06:

- COMO FUNCIONA O SISTEMA EDUCACIONAL NA ALEMANHA

Página 09:

- EDUCAÇÃO E TRABALHO: UMA RELAÇÃO TÃO NECESSÁRIA QUANTO INSUFICIENTE

Página 12:

- MENSAGEM FINAL





PROFISSIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ITAPERUNA CONQUISTAM PLANO DE CARGOS E REMUNERAÇÃO

Após muitos anos de mobilização e luta, o Plano de Cargos e Remunerações (PCR) da rede pública municipal de Itaperuna foi aprovado, por unanimidade, em votação realizada na Câmara dos Vereadores, no dia 1º de abril. A votação contou com a presença de dezenas de profissionais, integrantes da comunidade escolar e representantes de entidades ligadas ao setor da educação. O PCR aprovado, agora, vai para a sansão do prefeito.

O Sepe Itaperuna, que tem em sua diretoria companheiros da direção do Sindicato dos Professores do Norte e Noroeste Fluminense (Sinpro NNF), participou de todo o processo envolvendo a elaboração do PCR, tendo coordenado a Conferência Municipal convocada pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) para apresentação, contribuições e aprovação do texto final. Participaram 163 delegados eleitos nas unidades escolares e administrativas da SEMED e convidados. Ao fim, a comissão paritária (SEMED/Sepe) encaminhou ao gabinete do prefeito, no início de dezembro de 2023, a minuta do Projeto de Lei agora aprovado na Câmara Municipal em duas votações.

A luta agora é pela regulamentação e implementação, com efetividade, da Lei do PCR, após ser sancionada. Lembrando que vários profissionais de apoio técnico administrativo, como serventes e merendeiras, entre outros, passarão a ter, imediatamente, um piso mínimo com reflexos em direitos adquiridos. Entretanto, garantir direitos por formação e por desempenho, nos contracheques de todos os profissionais de educação, demandará recenseamento dos profissionais e a regulamentação da Lei, o que exigirá a mobilização da categoria.

O Sinpro NNF saúda essa grande conquista dos professores e funcionários administrativos da rede pública municipal de Itaperuna e se junta à luta pela sua real efetivação, junto com o Sepe.

Fonte: SINPRONNF. 2/4/2024.

https://www.sinpronnf.com.br/profissionais-da-rede-publica-municipal-de-itaperuna-conquistam-plano-de-cargos-e-remuneracao/?v=908f9fa6d01c

FETEERJ DENUNCIA A ESTÁCIO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO POR DESCUMPRIMENTO DA CLT

A Feteerj protocolou no dia 27 de março denúncia no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) contra a Universidade Estácio de Sá, por reiterado descumprimento de cláusulas da legislação trabalhista. A denúncia também será oficiada pela Federação à Estácio. Com a denúncia, a Federação espera que seja determinada a FISCALIZAÇÃO da Instituição, bem como sejam aplicadas as multas em virtude das irregularidades trabalhistas praticadas. O Sindicato dos Professores do Norte e Noroeste Fluminense (Sinpro NNF) é filiado à Feteeri.

A denúncia contém dois itens:

Pagamento menor de salários: a Instituição não pagou, de forma correta, os salários dos professores dos meses de fevereiro e março de 2024. A Estácio, para o mês de fevereiro, deveria ter observado o salário do mês de dezembro de 2023, última carga horária completa laborada pelo professor. No entanto, pagou, apenas, as aulas ministradas após o início do ano letivo. Com isso, o professor experimentou duas reduções salariais, posto que (a) não foi observada a última carga horária completa laborada em dezembro/2023; e (b) foram pagas apenas as aulas ministradas após o início do ano letivo, não tendo sido pago os primeiros dias do mês de fevereiro de 2024.

Segundo o art. 320 da CLT, a apuração do salário do professor se dá da seguinte forma: número de aulas semanais, multiplicado por 4,5, multiplicado pelo valor da hora aula. A instituição não observou esta regra, pagando, apenas, as aulas ministradas no mês após o início do ano letivo.

Em relação ao mês de março de 2024, embora tenham sido pagos os 30 dias de trabalho na forma do art. 320 da CLT, a carga horária para parte dos professores não havia sido restituída de forma integral. Em março, muitos alunos realizaram as suas matriculas e começaram a assistir as aulas. Por consequência, novas turmas foram formadas. Assim, para o mês de março, a Estácio deveria ter observado a carga horária do mês de dezembro de 2023, o que não ocorreu. Esclarecemos, também, que essa situação não ocorreu no mês de janeiro de 2024, em razão das férias trabalhistas.



Fracionamento dos contratos de trabalho: os professores que acumulavam a função de coordenação de curso tiveram seus contratos de trabalho fracionados pela Estácio, com a universidade registrando apenas um contrato na CTPS, pagando as aulas ministradas e a gratificação pela coordenação de curso, bem como os adicionais previstos nos instrumentos coletivos.

Contudo, a Estácio DIVIDIU o contrato de trabalho, passando os trabalhadores a possuir DUAS anotações: uma como professor e outra como coordenador. Além de flagrante violação ao art. 29 da CLT, que não autoriza a pulverização do contrato de trabalho, a alteração resultou em REDUÇÃO SALARIAL, visto que a instituição deixou de pagar os adicionais previstos nos instrumentos coletivos (adicional por tempo de serviço e titulação) no contrato registrado para a coordenação pedagógica de Curso.

Lembramos que a Feteerj e os Sindicatos dos Professores (Sinpros) filiados à federação e que têm a Estácio em suas bases territoriais já tiveram que buscar o MTE ano passado para mediar as renovações dos Acordos Coletivos de Trabalho (ACT) de 2023. Isso porque a Estácio se recusava e iniciar as negociações salariais. Só assim conseguimos discutir e renovar os ACTs.

Dessa forma, a direção da Estácio tem que entender que os Sinpros e a Feteerj apenas buscam, por meio da negociação, obter melhores condições salariais e de trabalho para os professores(as) que fazem parte do corpo funcional daquela universidade; professores(as) esses que são, ao fim e ao cabo, os verdadeiros responsáveis pela qualidade do ensino oferecida aos alunos.

Fonte: SINPRONNF. 1/4/2024. https://www.sinpronnf.com.br/5092-2/?v=908f9fa6d01c

FETEERJ DENUNCIA A ESTÁCIO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO POR DESCUMPRIMENTO DA CLT

A Comissão de Negociação da Feteerj se reuniu no dia 14 de maio com o com o Sinepe-RJ (patronal), para tratar do processo de renovação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2024 das professoras e professores que atuam na Educação Básica das instituições de ensino privadas, em todo o Estado do Rio de Janeiro.

Na reunião, a primeira do ano, os representantes da Feteerj e dos Sinpros expuseram as reivindicações básicas da categoria: proposta de reajuste salarial de 7%, manutenção das cláusulas sociais da convenção, com a renovação de novos pleitos a serem tratados através de uma Comissão de Negociação, tais como: Calendário unificado, Hora Tecnologica, Saúde do professor/professora, e homologação nos sindicatos.

Esta semana, a Federação irá oficiar o Sinepe-RJ com a pauta de reivindicações completa, visando marcar uma segunda rodada de negociações com o Sinepe-RJ.

A Campanha Salarial 2024 das professoras(es) da educação básica tem o mote: "Vamos juntos pra conquistar". Com isso, a Comissão de Negociação da Feteerj também está discutindo a renovação dos Acordos Coletivos de Trabalho (ACT) para os professores(as) que trabalham no SESI e na Educação Superior, especialmente na universidade Estácio.

Fonte: FETEERJ. 15/5/2024.

https://feteerj.org.br/comissao-de-negociacao-da-feteerj-se-reune-com-o-sinepe-rj-para-renovar-a-cct-de-2024/



JEAN WILLIAM FRITZ PIAGET

Jean William Fritz Piaget (Neuchâtel, 9 de agosto de 1896 - Genebra, 16 de setembro de 1980) foi um biólogo, psicólogo e epistemólogo suíço, considerado um dos mais importantes pensadores do século XX. Defendeu uma abordagem interdisciplinar para a investigação epistemológica[nota e fundou a Epistemologia Genética, teoria do conhecimento com base no estudo da gênese psicológica do pensamento humano.

Estudou inicialmente biologia na Universidade de Neuchâtel onde concluiu seu doutorado e, posteriormente, se dedicou às áreas de Psicologia, Epistemologia e Educação. Foi professor de psicologia na Universidade de Genebra de 1929 a 1954, tornando-se mundialmente reconhecido pela sua revolução epistemológica. Durante sua vida Piaget escreveu mais de cinquenta livros e diversas centenas de artigos.

Piaget também teve um impacto específico no campo da ciência da computação. Seymour Papert usou o trabalho de Piaget como fundamentação ao desenvolver a linguagem de programação Logo. Alan Kay usou as teorias de Piaget como base para o sistema conceitual de programação Dynabook, que foi inicialmente planejado na Xerox PARC. Estas discussões foram feitas ao desenvolvimento do protótipo Alto, que explorou pela primeira vez os elementos da GUI, ou Interface Gráfica do Usuário, e influenciou a criação de interfaces de usuário a partir dos anos 1980

Em 1919, viaja para Paris, onde estuda na Sorbonne e faz estágios no Hospital da Salpetrière do Hospital Sainte-Anne. Durante sua estadia em Paris, Piaget conhece Théodore Simon, que o convida a padronizar um dos testes de inteligência de Cyril Burt, desenvolvidos na Inglaterra, experiência que lhe permitiu delimitar um campo de estudos empíricos: o pensamento infantil e o raciocínio lógico.

Em 1921 é convidado por Édouard Claparède para trabalhar no Instituto Jean-Jacques Rousseau, em Genebra. O nascimento de seus três filhos, entre 1925 e 1931, amplia seu convívio diário com a "criança pequena" e possibilita o registro de observações que geram novas hipóteses sobre as origens da cognição humana.

Filho de Artur Piaget, professor doutor de língua e literatura medieval, e de Rebecca Suzane, uma das primeiras socialistas suíças, Piaget vive sua infância e adolescência em Neuchâtel onde, aos onze anos de idade (1907), publica o primeiro relato sobre um pardal albino. Nesse mesmo ano, torna-se auxiliar de Paul Godet, especialista em malacologia e diretor do Museu de História Natural da cidade. Aos catorze anos, o jovem Piaget ingressa no "Clube dos Amigos da Natureza e em 1911 escreve os primeiros artigos sobre "taxonomia malacológica" para revistas especializadas.

Na filosofia de Bergson, busca um caminho possível para o conhecimento científico e a análise crítica da origem do conhecimento e descobre a epistemologia.

Em um contexto de guerra (1915), Piaget conclui os estudos secundários, ingressa na Faculdade de Ciências da Universidade de Neuchâtel e publica A Missão da Ideia. Filia-se à Federação Socialista Cristã, em 1917. Em 1918, obtém o bacharelado em ciências naturais para, em seguida, finalizar a sua tese: Introdução à Malacologia da Região do Valais.

Entre 1915 e 1917, problemas de saúde o obrigam a estadias em Leysin. Piaget retoma, então, o dilema entre ciência e fé e, em 1918, escreve o romance filosófico e autobiográfico: Recherche - ("expressão que em francês tem um duplo sentido - "busca" e "pesquisa").

Nesse período, Piaget busca uma formação em psicologia e vai para Zurique. Lá, conhece Eugène Bleuler, então diretor em uma clínica psiquiátrica, e seu assistente Carl Gustav Jung. Uma estadia em Paris (1919-1921) se revela importante especialmente pelo encontro com Théodore Simon, que lhe permite investigar o pensamento infantil, e descobre na criança pequena uma forma própria de raciocínio. Estas pesquisas resultaram na publicação de três artigos. Suas primeiras pesquisas em psicologia, como coordenador do Instituto Jean-Jacques Rousseau, resultaram em um ciclo de cinco publicações: A linguagem e o pensamento na criança (1923); O raciocínio da criança (1924); A representação do mundo na criança (1926); A causalidade física na criança (1927); e O julgamento moral na criança (1931). Esta fase, sobretudo por apresentar uma criança como sujeita da razão, "ainda que de uma razão própria", desperta interesse de estudiosos e Piaget é convidado a exportar suas ideias em universidades europeias e norte-americanas.

Através da minuciosa observação de seus filhos e principalmente de outras crianças, Piaget impulsionou a Teoria Cognitiva, onde propõe a existência de quatro estágios de desenvolvimento cognitivo no ser humano: os avancos:

- inteligência sensório-motora: inteligência prática, manifesta em ações.
 Esquemas de ação, "conceitos" sensório-motores, início da construção das categorias de objeto, espaço, tempo e causalidade. Da indiferenciação eumundo exterior ao reconhecimento de objeto, espaço, tempo, causalidade.
- Pré-operatória: Pensamento indutivo, presença do animismo e do artificialismo no julgamento, egocentrismo. Indiferenciação entre o ponto de vista próprio e o dos outros, rigidez e irreversibilidade do pensamento. Interesse como prolongamento da necessidade, sentimentos de respeito(afeição +temor) pelos mais velhos, obediência, heteronôma moral.
- Operatório concreto: Passagem intuitiva à lógica do concreto, início da descida. Aquisição da capacidade de perceber a reversibilidade das operações, explicando causas, noções de permanência de substância, peso e volume. Sentimentos de respeito mútuo e de justiça (distributiva e retributiva), moral da cooperação (correlata à lógica da reversibilidade), manifestação da vontade como regulação da ação.
- Operatório formal ou abstrato: Acesso á lógica operatória abstrata, descida se completa. Pensamento proposicional e hipotético-dedutivo, esquemas formais de lógica combinatória e de proporções. Construção da autonomia.

Piaget influenciou a educação de maneira profunda. Para ele, as crianças só puderam aprender aquilo para que estivessem preparadas para assimilar. Aos professores, caberia aperfeiçoar o processo de descoberta dos alunos.

Educação: uma nova filosofia

Na educação, enquanto pedagogo, Piaget utiliza sua "teoria dos "estágios" para contrapor o ensino tradicional, autoritário, herdado do século XIX. A Escola Nova critica, sobretudo no início do século XX, o ensino onde "o professor dita e o aluno copia e repete" — Paulo Freire chama-o de "educação bancária". Na medida em que critica essa educação tradicional, Piaget é interpretado equivocadamente como um não "diretivista", um "espontaneísta": A ideia piagetiana de interação não foi aceita nos moldes da escola tradicional.

A partir da trilogia: O nascimento da inteligência na criança; A construção do real na criança; A formação do símbolo na criança - Piaget demonstra que "a capacidade cognitiva humana nasce e se desenvolve, não vem pronta". Dessa forma, marca oposição ao behaviorismo por um lado, e à Gestalt por outro, quando afirma que o conhecimento tem origem na interação "sujeito-objeto". A ideia piagetiana de capacidade cognitiva, então, propõe que o conhecimento não nasce no sujeito, nem no objeto, mas origina-se da interação "sujeito-objeto".

Fonte: WIKIPÉDIA. 27/5/2024. https://pt.wikipedia.org/wiki/Jean_Piaget

A LÍNGUA PORTUGUESA É UMA DAS MAIS ESTRANHAS DO MUNDO: AQUI ESTÃO 6 PROVAS!

Os fatos estranhos da língua portuguesa são muitos, tanto para nós que a falamos de maneira fluente mas, principalmente, para estrangeiros. Por conta de sua estrutura gramatical e outras propriedades que só o nosso idioma possui, o português é uma das línguas mais difíceis de se aprender e falar no mundo.

Se você quer descobrir os fatos estranhos da língua portuguesa, selecionamos aqui seis deles que comprovam as peculiaridades do nosso idioma, como o uso dos porquês, grafias com X e CH, dentre outros que só o português tem. Ficou curioso? então acompanhe esse post para descobrir mais a respeito das estranhezas da língua portuguesa!

6 fatos estranhos da língua portuguesa

Um dos idiomas mais falados do mundo, estando entre os seis mais falados ao redor do globo, a língua portuguesa não se limita apenas ao Português de Portugal e ao Português do Brasil. Muitos países na África, entre eles Moçambique e Angola, têm o português como seu idioma.

Nossa gramática é uma das mais difíceis e complexas que existem, isso porque todas as inúmeras regras, acentos e exceções tornam a aprendizagem muito complicada e mais demorada para quem precisa aprender a falar.

O estudo da língua portuguesa se estende além dos anos escolares até a faculdade, pois, com uma gama de conteúdo extensa e cheia de regras, é impossível estudar tudo. O estudo se torna ainda mais aprofundado caso a graduação escolhida seja o curso de letras, em especial português, pois além de ler bastante, a estrutura de todo esse conteúdo é estudada em matérias como morfologia, linguística, fonética entre outras.

Entenda a complexidade da nossa língua materna com seis fatos estranhos sobre esse idioma tão complexo e difícil de entender para algumas pessoas, inclusive seus falantes.

Conjugação verbal do português

A conjugação dos verbos em português é o terror da maioria das pessoas, isso porque são três tipos diferentes de conjugação e cada um deles tem uma terminação diferente. Os primeiros são terminados em AR, os segundos terminam em ER e os terceiros têm sua terminação em IR.

Ainda existem variações desses verbos, como os chamados de defectivos, que não possuem conjugação apesar de serem ações como colorir, falir, ou abolir. Os verbos irregulares não obedecem à ordem de conjugação, entre outras regras.

Utilização do "porque, porquê, por que e por quê"

O uso dos 'Porquês' também confunde muita gente, cada um deles deve ser usado em uma ocasião diferente e lembrar desse detalhe, para quem está em processo de aprendizagem, pode ser um tanto complicado.

O 'Porque' junto é utilizado em respostas, ou seja, sua função é explicar uma causa, podendo substituir a expressão "por essa razão". Já o 'Por Que' separado é utilizado para fazer perguntas, que podem ser diretas ou indiretas.

Ele também tem a função de substituir a expressão "pelo qual" que também é utilizada para fazer perguntas.

O 'Por Quê' separado com acento circunflexo tem a função de aparecer sempre no final das frases interrogativas ou de maneira isolada. O 'Porquê' junto é um substantivo com acento, ou seja, ele tem a função de explicar causas, razões e motivos.

Palavras com grafias semelhantes, lidas da mesma forma e significados diferentes

Esta é uma das chamadas "pegadinhas da língua portuguesa" e, assim como o uso dos porquês, também confunde os estudantes e estrangeiros que estão em fase de aprendizado.

Conhecidos como parônimos e homônimos, essas palavras possuem escritas semelhantes assim como o som, porém os seus significados são completamente diferentes.

É o caso das palavras russo (nacionalidade de alguém), ruço (estar desbotado), cheque (ordem de pagamento) xeque (uma jogada de xadrez), coser (de costurar algo), cozer (cozinhar alguma coisa).

Grafia com "X ou CH"

Trata-se de uma regra gramatical que confunde muitas vezes a mente de quem escreve ou está em fase de aprendizagem.

As palavras com 'X' devem ser utilizadas após os ditongos (que se trata de um encontro vocálico, ou seja, uma vogal com uma semivogal na mesma sílaba) como a palavra caixa, faixa, e rouxinol. Quando a primeira sílaba for formada por 'EN', também devemos utilizar o 'X', é o caso das palavras exame, enxoval, enxurrada.

Palavras de outros idiomas e origens, ou que são aportuguesadas, também recebem o 'X' como no caso de xampu e xavante, além das que vem depois da sílaba 'ME', como mexilhão, mexer, mexerica.

O 'CH' trata-se de um dígrafo, ou seja, ele não possui unidades sonoras, já que por ser formado por duas consoantes apenas um som é formado, dando origem a um fonema como é o caso das palavras cheio, chofer, chuchu, chocolate, chamego e chalé.

Muitas palavras difíceis com significados estranhos

Essas palavras também são pegadinhas da língua portuguesa e algumas ainda são muito utilizadas, outras nem tanto. É o caso das palavras inexorável (que tem a ver com infalível, fatal), pororoca (que está relacionado a onda), recauchutar (consertar, corrigir ou reparar algo) e escangalhado (quebrado, danificado) e esses são só alguns exemplos.

Emprego do "Há ou do A"

O uso do 'Há' serve para expressar um tempo em movimento (estou há dias esperando minha carta chegar) já o uso do 'A' é indicado para expressar distância e coisas que ainda vão acontecer (Iremos à São Paulo).

Esses são apenas alguns fatos estranhos da língua, mas se pesquisarmos mais profundamente, podemos ver que existem muitos outros.

Quantos países falam português no mundo?

O Português está entre os seis idiomas mais falados ao redor do globo. Em números, isso significa que mais de 200 milhões de pessoas falam a mesma língua que a nossa, inclusive é válido lembrar que a maior concentração de falantes do português está aqui mesmo no Brasil, uma vez que somos 80% dos falantes dessa língua.

Fonte:

Thais Cipollari. 10/07/2023. https://pt.wikipedia.org/wiki/Jean_Piaget



COMO FUNCIONA O SISTEMA EDUCACIONAL NA ALEMANHA

Modelo alemão foi citado como exemplo bemsucedido de "universidade para poucos" pelo ministro Milton Ribeiro. Educação profissional é apoiada pelas empresas, mas separação precoce de crianças é alvo de críticas.

Aos 10 anos de idade, as crianças alemãs são separadas em três tipos de escola, de acordo com suas habilidades acadêmicas. As que foram para as escolas menos exigentes serão preparadas para seguir na educação profissional, central para o sucesso de empresas de engenharia e serviços. Já as que estão nas escolas de alto nível poderão tentar uma vaga na universidade.

Em linhas gerais, é assim que funciona o sistema de ensino da Alemanha. Como resultado, o país tem, proporcionalmente, menos jovens adultos com diploma universitário e mais com formação profissional do que na média dos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Entre as pessoas de 25 a 34 anos, 33% fizeram ensino superior na Alemanha, enquanto a média da OCDE é de 45%. Na mesma faixa etária, 46% na Alemanha concluíram o ensino profissional, enquanto na OCDE são 24%.

Por esse motivo, o sistema alemão é mencionado com frequência em debates sobre como lidar com as diferentes habilidades de crianças e jovens e na discussão sobre investir em educação profissional ou em universidades.

Foi o que fez o ministro brasileiro da Educação, Milton Ribeiro, neste mês de agosto. No dia 9, questionado sobre os institutos federais de ensino técnico, afirmou que eles seriam "a grande vedete no futuro", sugeriu que haveria um excesso de pessoas com diploma universitário no Brasil e citou a Alemanha como exemplo.

"Tem muito engenheiro e advogado dirigindo Uber, porque não consegue a colocação devida. Mas, se ele fosse um técnico de informática, estaria empregado, porque há uma demanda muito grande", afirmou. "O futuro é institutos federais. Como é na Alemanha hoje, na Alemanha são poucos os que fazem universidade. Universidade, na verdade, deveria ser para poucos."

No dia 21, ele voltou ao tema. "Que adianta você ter um diploma na parede. (...). Termina o curso, mas fica endividado e não consegue pagar porque não tem emprego. (...) O Brasil precisa de mão de obra técnica, profissional", afirmou durante evento em Nova Odessa (SP). Ao mencionar a Alemanha como exemplo, Ribeiro disse que a universidade deve ser "para poucos". Só que o Brasil teria que aumentar em 57% a fatia dos seus jovens com ensino superior para chegar ao patamar do país europeu. No Brasil, 21% das pessoas de 25 a 34 anos têm diploma universitário.

Há também críticas na Alemanha à divisão precoce das crianças, uma escolha que, na maioria dos casos, molda o seu futuro professional, reforça desigualdades e dificulta a mobilidade social, segundo pesquisas.

Três tipos de escola

Cada um do 16 estados alemães pode regulamentar a educação em seu território, mas o sistema básico separa as crianças em três tipos de escolas: Hauptschule, para as de menor desempenho acadêmico, Realschule, para as de desempenho médio, e Gymnasium, para as mais preparadas. O método de ensino e o tipo de conteúdo varia de acordo com o nível da escola.

Em geral, essa separação é feita ao final da quarta série, quando as crianças têm cerca de 10 anos. A maioria dos jovens que fazem Hauptschule ou Realschule se formam com cerca de 15 anos e seguem para a educação profissional. Os que fazem Gymnasium terminam o curso com cerca de 18 anos e fazem o exame alemão para entrar numa universidade, o Abitur.

Nos últimos anos, alguns estados vêm reformando seus sistemas e flexibilizando as regras. Em alguns deles, a separação é feita dois anos mais tarde, ao final da sexta série, e há escolas mistas, que reúnem Hauptschule e Realschule, ou escolas nas quais estudantes dos três níveis dividem o mesmo espaço, mas usam salas diferentes, a Gesamtschule.

O processo de decisão sobre quem irá para qual escola também varia. Na maioria dos estados, os professores fazem uma recomendação aos pais, baseada em notas e na sua avaliação pessoal sobre qual nível seria mais adequado à criança. A recomendação costuma ser considerada seriamente pelos pais, que no entanto têm a palavra final. Em dois estados, a decisão ainda é inteiramente do professor: Baviera e Baden-Württemberg, no sul do país.

Há mecanismos para que os alunos da Hauptschule ou Realschule possam tentar progredir para o Gymnasium. Ao final do curso, eles podem estudar por mais três anos e, aos 21 anos, também prestar o Abitur. Mas os casos de pessoas que fizeram Hauptschule e depois migram para o nível universitário são raros. Entre os que fizeram Realschule, cerca de 30% seguem estudando para fazer o Gymnasium.

A educação profissional costuma ser oferecida em conjunto com uma empresa, com o tempo do aluno dividido entre a companhia, onde aprende o ofício com os funcionários, e uma escola onde aprende os fundamentos teóricos. Nesse período, o estudante já pode ganhar um salário e, ao final do curso, de em média três anos, tem boas chances de ser contratado.

Mas nem todos que fazem Hauptschule e Realschule conseguem garantir uma vaga na educação profissional, dependendo das notas, da região onde mora, do setor em que pretende atuar e até de seu histórico familiar. Eles acabam entrando em um sistema do estado que tentará encontrar colocação profissional e treinamento para esses jovens.

Os que fizeram o Gymnasium e passaram no Abitur podem tentar uma vaga em um dos mais de 400 institutos de ensino superior na Alemanha, de acordo com a sua nota. Ao contrário do Brasil, onde o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é feito de forma centralizada, na Alemanha cada estado elabora o seu exame, o que provoca um certo desnivelamento. Alguns são conhecidos por aplicarem um Abitur mais rigoroso, enquanto em outros o exame é mais fácil.

Críticas à divisão precoce das crianças

A separação aos 10 ou 12 anos de idade em diferentes escolas é alvo de debate no país e entre pesquisadores da educação. Seus defensores afirmam que, na maioria das nações, as crianças já são separadas de acordo com suas habilidades, de maneira formal ou informal, e que o sistema permitiria que as aulas sejam melhor adaptadas à capacidade de cada um: os de menor desempenho não ficariam para trás, e os de melhor desempenho seguiriam sendo desafiados.

Mas também há muitas críticas. A socióloga Corinna Kleinert, vice-diretora do Instituto Leibniz de Trajetórias Educacionais (LlfBi, na siga em alemão), que realiza pesquisas periódicas para um relatório bianual financiado pelo governo sobre a educação na Alemanha, afirma à DW Brasil que diversos estudos empíricos já comprovaram algumas desvantagens desse sistema.

A primeira é o momento da segregação, que ocorre muito mais cedo na Alemanha do que em outros países, diz Kleinert. Segundo ela, quanto mais precoce a divisão, maior a chance de que a criança seja alocada em um nível que não corresponde ao seu, pois aos 10 ou 12 anos ainda há muita incerteza sobre suas habilidades. "Se a separação ocorre mais tarde, há mais elementos sobre as habilidades reais", afirma.

Também está comprovado que a escolha não depende somente das habilidades de cada criança, mas é influenciada pelo nível educacional e econômico de seus pais. "Pais de alto status tendem a escolher e incentivar seus filhos a seguirem o nível acadêmico [Gymansium], pois querem manter seu status social, enquanto para pais com menor status isso não é tão importante", diz Kleinert.

Pesquisas mostraram que as recomendações dos professores também são tendenciosas, e que eles são propensos a recomendar o Gymnasium para crianças de famílias com alto nível social e econômico, "pois confiam mais em seus pais e no seu ambiente para apoiar essas crianças a se integrarem" nessas escolas.

Há outros achados que revelam injustiças do sistema, diz Kleinert. Um deles é que as crianças designadas para as escolas de nível mais alto tendem a aprender mais do que crianças com habilidades similares que foram para os dois níveis inferiores. "Elas são mais desafiadas, têm colegas com mais habilidades e ambientes de aprendizagem mais vantajosos", diz.

No geral, ela afirma que há muita dependência da trajetória nesse sistema, e o destino profissional de cada um acaba sendo em grande parte influenciado pelo tipo de escola que cursou.



Jasmin Friese pertence ao pequeno universo de pessoas enviadas à escola de nível mais baixo que depois chegaram à universidade

Jasmin Friese pertence ao pequeno universo de pessoas enviadas à escola de nível mais baixo que depois chegaram à universidadeFoto: Privat

"Divisão reduz autoconfiança"

A alemã Jasmin Friese, de 31 anos, é um dos poucos exemplos de pessoas que foram enviadas à escola de nível mais baixo, a Hauptschule, e mais tarde fizeram universidade.

Ela nasceu em uma família de baixo status econômico e social em uma pequena cidade do estado de Schleswig-Holstein. Aos 10 anos, seus professores recomendaram que ela fosse para a Hauptschule, e seus pais concordaram. Alguns anos mais tarde, porém, incentivada por um irmão mais velho, ela migrou para a Realschule, e depois seguiu os estudos para entrar em uma universidade.

No ensino superior, ela estudou ciências da educação e história da arte, e hoje mora em Leipzig e trabalha na ArbeiterKind, uma organização que apoia adolescentes que estão para trás no nível de aprendizagem mas gostariam de entrar em uma universidade. Friese é crítica da separação precoce e afirma que o sistema reduz a autoconfiança e afeta a percepção que as crianças têm de si mesmas.

EDUCA SOBRA URIOSIDADE

Ela lembra que, aos 10 anos, nas conversas com seus colegas de sala, muitos diziam que não queriam ir para a Hauptschule, pois ali estariam apenas os piores. "Mas, naquele momento, eu sabia que iria para lá, pois minhas notas eram medianas e eu não tinha coragem de falar nas aulas, o que devia fazer meus professores acharem que eu não era inteligente. Mas eu era muito tímida", diz. "Naquele momento, eu sabia que nunca poderia conquistar tanto como os outros."

Friese afirma que essa divisão faz muitas crianças passaram por um processo de desvalorização que afeta a percepção que têm si próprias e a sua autoconfiança, e atinge com mais intensidade aquelas que vêm de famílias mais pobres, como ela.

Vantagens para as empresas

O sistema de separação escolar está muito conectado ao ensino técnico, e não só na Alemanha. Na comparação internacional, países que têm uma educação profissional forte e desenvolvida tendem a também ter uma separação dos jovens mais cedo, segundo Kleinert.

E esse modelo é apreciado pelas empresas, pois os diferentes certificados que os jovens conquistam dão clareza na hora de selecionar os funcionários para diferentes funções. "Isso reduz a incerteza dos empregadores sobre a produtividade dos candidatos", afirma.

Ela diz não haver um justificativa boa o suficiente para a divisão das crianças ocorrer tão cedo na Alemanha, mas afirma que a educação profissional, em si, é muito positiva para o país e oferece vantagens para os jovens que seguem esse caminho.

"O [nosso] sistema econômico depende muito de trabalhadores com habilidades específicas, pois tem um forte setor produtivo, de empresas automotivas e de engenharia, com muitas companhias pequenas e médias que necessitam de funcionários qualificados", diz.

Ela ressalta que a educação profissional alemã oferece um "nível muito alto" de formação, o que torna difícil compará-la com a média da OCDE, e permite que seja adaptada conforme a economia evolui, alterando os tipos de cursos oferecidos. Além disso, o modelo é atrativo para os adolescentes, pois oferece segurança no emprego e bons salários. "Mas não pode ser replicado facilmente em outros países, pois está ligado a raízes históricas da Alemanha", diz.

"É bom para aprender uma profissão"

Lukas Weber, de 29 anos, cresceu no estado de Rheinland-Palatinato, fez educação profissional e diz estar satisfeito com a sua formação. Hoje morador de Colônia, ele trabalha para uma empresa alemã que produz máquinas de secagem por congelamento. Sua função envolve viajar pela Alemanha e outros países para fazer manutenção e atualização desses equipamentos, que são utilizados inclusive no processo de fabricação de vacinas contra a covid-19.

Aos 10 anos de idade, Weber afirma que cogitava ir para o Gymnasium e fazer universidade, mas seus professores recomendaram que ele fosse para a Realschule, e seus pais concordaram com os professores. Na escola, ele acabou desistindo do plano da universidade.

Ao terminar o ensino, com 16 anos, ele iniciou a formação técnica em mecânica industrial, conjugada com um estágio profissional. Por três anos, ele ia para a empresa três dias por semana, e nos outros dois para uma escola. Aos 17 anos, já ganhava um salário de 750 euros (R\$ 4,6 mil), e aos 20 anos se formou e foi contratado. Mais tarde, ele fez uma formação técnica complementar em engenharia mecânica.

"É uma boa combinação para aprender uma profissão. Você aprende na própria empresa, com pessoas que fazem aquele trabalho, e quando se forma está preparado para desempenhá-lo", afirma. "Muitas pessoas que estão estudando [na universidade], quando vão para a empresa, acabam aprendendo como fazer o trabalho lá."

Fonte:

DW DEUTCHE WELLE Bruno Lupion. 27/8/2021. https://www.dw.com/pt-br/como-funciona-o-sistema-educacional-na-alemanha/a-59002478.



Modelo alemão divide alunos em três escolas diferentes: Hautpschule, Realschule e Gymnasium

Foto: Uli Deckidpalpicture alli



EDUCAÇÃO E TRABALHO: UMA RELAÇÃO TÃO NECESSÁRIA QUANTO INSUFICIENTE

CONTEXTO SOCIAL E ECONÔMICO DA RELAÇÃO EDUCAÇÃO, TRABALHO E DESENVOLVIMENTO

Observando a dinâmica dos mercados quer seja de bens e serviços, financeiros ou de trabalho, apreende-se que algo significativo se alterou nos últimos 30 anos nas sociedades capitalistas que se reorganizam e se reestruturam no sentido de introduzir novas formas de racionalização do trabalho e da vida social. Esse parece ser o único ponto comum no intenso debate que acompanha o esforço para compreender o processo observado há 30 anos, mas ainda em curso (Arrighi, 1997; Harvey, 1992:176); mesmo que, para alguns, essas mudanças signifiquem tão-somente a intensificação de um processo observado desde os primórdios do próprio capitalismo, questionando os aspectos ideológicos das novas formas de racionalização aplicadas (Pollert, 1988; Gordon, 1988 e Sayer, 1989 apud Harvey, 1992).

Compreende-se que esse processo revela características e contradições específicas, da mesma forma que, em outros momentos históricos, outras tantas foram observadas. Portanto, não se fala de "impactos" mas de processos expressos, neste atual contexto, pela globalização dos mercados de bens e fluxos financeiros e o acirramento da concorrência; difusão do ideário neoliberal que, contraditoriamente, requer políticas estatais que garantam a desregulamentação de normas de concorrência e direitos sociais. Nesse sentido, a concentração de capital 3/4 fusões, incorporações, privatizações 3/4 ocorre ao mesmo tempo que a força de trabalho fragiliza-se pela flexibilização, quer seja das estruturas produtivas, das formas de organização do trabalho, da própria força de trabalho, por meio do emprego/desemprego. É dentro dessa nova correlação de forças que se concretiza a lógica do "livre mercado", sob a coordenação do sistema financeiro global.

Difundem-se, cada vez mais intensamente, tecnologias produtivas apoiadas na microeletrônica como a automação, a informática, a telemática. A opção política do uso dessas tecnologias tem sido direcionada para intensificar a produtividade e a supressão do emprego.

A estrutura do mercado de trabalho também tem passado por mudanças: altas taxas de desemprego são acompanhadas da crescente insegurança e precariedade das novas formas de ocupação. A flexibilização da força de trabalho (contratos de tempo parcial, subcontratação, terceirização, etc.) inscreve-se no mesmo processo que articula o discurso por maiores níveis de escolaridade para os trabalhadores que permanecem empregados e ocupam postos de trabalho considerados essenciais para os processos produtivos nos quais se inserem.

Nesse sentido, a educação e a formação profissional aparecem hoje como questões centrais pois a elas são conferidas funções essencialmente instrumentais, ou seja, capazes de possibilitar a competitividade e intensificar a concorrência, adaptar trabalhadores às mudanças técnicas e minimizar os efeitos do desemprego. O papel de organismos internacionais reguladores tem sido fundamental para tanto, como é possível apreender a partir de prescrições do Banco Mundial: "Detalhados estudos econométricos indicam que as taxas de investimentos e os graus iniciais de instrução constituem robustos fatores de previsão de crescimento futuro. Se nada mais mudar, quanto mais instruídos forem os trabalhadores de um país, maiores serão suas possibilidades de absorver as tecnologias predominantes, e assim chegar a um crescimento rápido da produção. (...) O desenvolvimento econômico oferece aos participantes do mercado de trabalho oportunidades novas e em rápida mudança" (Banco Mundial, 1995:26-35).

Essas tendências, observadas mundialmente, expressam-se de forma heterogênea em diferentes contextos nacionais; no Brasil, mesclam-se com problemas sociais jamais resolvidos como a profunda desigualdade da distribuição da renda, o analfabetismo e os baixos índices de escolaridade que atingem grande parte da população, a saúde, tudo com implicações perversas nas parcas condições para o exercício da cidadania.

ESPECIFICIDADES DA REESTRUTURAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

É possível observar, após terem decorrido quase três décadas de mudanças nas formas de racionalização do capitalismo, que o desenvolvimento econômico não mais significa desenvolvimento social, como ocorreu em países hoje considerados desenvolvidos por um longo período (Castel, 1998). O desemprego já não é resultado da ausência de crescimento econômico, mas se tornou inerente ao próprio crescimento econômico. No Brasil, essa relação nunca havia se dado de forma intensiva; talvez a melhor expressão do avanço do capitalismo no Brasil seja justamente o registro de profunda heterogeneidade produtiva e desigualdade das relações de trabalho.

O mercado de trabalho brasileiro não conseguiu estabelecer uma situação em que o emprego formal (aquele que possibilita garantias e direitos sociais) tenha se tornado algo generalizado para o conjunto da população; ao contrário, criou-se um mercado "altamente flexível" com situações completamente diferenciadas e, em grande medida, precárias.

No entanto, como bem salienta Pochmann, ao se tomar como medida o período 1940-1980, é possível observar um crescimento das relações formais de trabalho no Brasil, que ocorreu, sobretudo, por força da introdução do projeto de industrialização nacional (de forma intensa entre 1950 e 1980), bem como devido à institucionalização das relações de trabalho por meio de um conjunto de normas legais estabelecidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em junho de 1943.

No período, o trabalho assalariado, com registro em carteira profissional, cresceu de 12,1% para 49,2%, o que significa, em termos absolutos, uma variação anual de 484,2 mil trabalhadores. Isso permite observar que, de acordo com dados do IBGE, de cada dez ocupações geradas, oito eram assalariadas, sendo sete com registro e uma sem registro (Pochmann, 1998).

Apesar desses dados, sabe-se que sua homogeneização não se deu nos níveis observados nos países desenvolvidos, onde 80% da PEA urbana eram assalariados; nos quais, através de muitas lutas, o trabalho assalariado se tornou um pilar, no qual o trabalho significava bem mais que um trabalho, significava ter direitos que se expandiam e "que a vulnerabilidade e a precariedade eram acompanhadas pela certeza que amanhã será melhor" (Castel, 1998).

No Brasil, a PEA urbana de ocupados assalariados passou de 42%, em 1940, para 62,8%, em 1980. Nesse contexto, é importante salientar, a sociedade permaneceu desigual, a renda continuou sendo concentrada e permaneceram os problemas de informalidade, subemprego, baixos salários e desigualdades de rendimentos (Pochmann, 1998). Em 1983, os 50% mais pobres da população se apropriavam de apenas 13,6% da renda total do país, enquanto os 10% mais ricos detinham 46,2%.

No período analisado, o salário mínimo foi perdendo poder de compra ao mesmo tempo que elevados índices de crescimento econômico eram registrados pelo Produto Interno Bruto; ao mesmo tempo, cada vez mais horas de trabalho eram necessárias para a compra da ração essencial. O país se urbanizou e algumas conquistas sociais foram observadas, como o crescimento da esperança média de vida, que passou de 45,9 anos em 1950 para 60 em 1980, indicando melhorias nas condições gerais de saúde e atendimento médico. Também as taxas de analfabetismo foram decrescendo constantemente, passando de 53,9% entre os homens e 60,6% entre as mulheres em 1950, para 34,9% e 35,2%, respectivamente, em 1980 (Fausto, 1998).

O conjunto de medidas de ajustes macroeconômicos, a partir dos anos 80, diante do crescimento da dívida externa e do colapso do financiamento da economia brasileira, concorreu para fortes e rápidas oscilações econômicas, estagnação e hiperinflação. Nesse contexto observa-se que a tendência à frágil estruturação do mercado de trabalho no Brasil foi rompida (Pochmann, 1998).

Sistematizando dados produzidos pelo Ministério do Trabalho (Rais e Caged) e pelo IBGE, Pochmann registra que, a partir dos anos 80, a progressiva desestruturação do mercado de trabalho foi marcada pelo desassalariamento de parcela crescente da PEA, crescimento do desemprego e do trabalho informal precário. Os postos de trabalho abertos passaram a ser sobretudo de assalariados sem registro e por conta própria.

O trabalho assalariado decresceu de 62,8% para 62,6% no período 1989-1991, sendo que esse índice de redução refere-se àqueles trabalhadores que já possuíam registro em carteira ¾ de 49,2% para 36,6% (Tabela 1).

O trabalho assalariado sem registro cresceu de 13,6% para 25,7%.

No período 1989-1995, o mesmo movimento continua a ser observado, intensificando-se: o trabalho assalariado decresceu de 62,8% para 58,2%, enquanto o trabalho com registro passou de 49,2% para 30,9%; o trabalho assalariado sem registro voltou a crescer de 13,6% para 27,3% (Pochmann, 1998).

Mesmo nos períodos de recuperação econômica (1984-86 e 1993-95), o desemprego e a precariedade no trabalho continuaram a crescer. Assim, a expansão das ocupações no período 1989-1996 foi de 11,4%, enquanto a PEA total aumentou 16,5%, influenciando no crescimento do desemprego em 179,1% (Tabela 2).

Pochmann relaciona essas tendências ao abandono do projeto de industrialização nacional, à implementação do programa neoliberal oriundo do Consenso de Washington, às políticas macroeconômicas de inserção do país (que permanece subordinado) no processo de globalização; porém, acompanhadas de uma abertura comercial indiscriminada, ausência de políticas setoriais defensivas, sobrevalorização da moeda e elevados juros. Nesse contexto, o processo de reestruturação produtiva no Brasil é introduzido, resguardando a característica do próprio mercado brasileiro, ou seja, a heterogeneidade produtiva e a desigualdade no mercado de trabalho.

TRABALHO E ESCOLARIDADE

Várias contradições foram observadas e serão tomadas aqui como argumentos para questionar o consenso que a relação entre trabalho e educação parece ser portadora. Em primeiro lugar, apontase o crescente desemprego de trabalhadores escolarizados, mesmo em um contexto como o brasileiro, no qual a educação ainda não é um direito conquistado por todos; e, em seguida, questiona-se essa relação a partir das desigualdades geracionais, raciais e de gênero.

O desemprego crescente de trabalhadores escolarizados, sobretudo nos setores mais modernos da sociedade, é tomado como um dos argumentos para tornar relativa essa perspectiva instrumental da educação que se expressa como se fosse capaz de garantir o emprego ou, até mesmo, o trabalho.

Nesse sentido, os dados sistematizados pelos economistas Marcelo Ikeda, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Econômico (PNUD) e Sheila Najberg, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a partir dos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, informam que no ano de 1996 os trabalhadores da indústria com ensino superior completo foram desempregados (6,1%) mais intensamente que os analfabetos (4,4%) (Tabela 3). No ano seguinte, a taxa de desemprego dos trabalhadores com superior completo (2,9%) permaneceu maior que a daqueles que não haviam completado a oitava série do ensino fundamental (2,6%) (Tabela 4).

O desemprego de trabalhadores, em decorrência do processo de reestruturação, acrescenta uma nova dimensão aos problemas sociais que marcam há muito o Brasil, até então, miséria, pobreza, não-acesso à educação e à saúde.

Trata-se do desemprego de trabalhadores escolarizados como, por exemplo, ocorreu intensamente na última década com os bancários no país, categoria que vivenciou o desemprego de 600 mil trabalhadores (Segnini, 1999).

O número reduzido de trabalhadores atingidos por essas mudanças, com alguma positividade expressa pela democracia industrial, está inserido no chamado setor de ponta, essencialmente nos segmentos nobres das empresas multinacionais de acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho, em 1996. São 73 milhões de pessoas, das quais 12 milhões no Terceiro Mundo; sendo que a PEA do Terceiro Mundo é da ordem de 2,2 bilhões de pessoas (Dowbor, 1998).

No mesmo processo, mas de outro lado, estão 800 milhões de desempregados no mundo (OCDE apud Dowbor, 1998), sendo 18,1 milhões na União Européia (Eurostat apud Dowbor, 1998), como resultado de um crescimento econômico perverso, que cada vez mais concentra renda (fusões, incorporações, privatizações) aprofundando o fosso entre dois pólos. Em um contexto de produtividade crescente, o Brasil insere-se nessa perspectiva de desenvolvimento, triplicando o número de desempregados no período 1989-97, chegando a 5,1 milhões de pessoas, o que equivale a 7,3% da PEA (Fundação IBGE, 1997). Em 1995, 28,7% da população brasileira vivia com menos de um salário mínimo (Banco Mundial, 1997:224) (Tabela 5)

Os jovens no Brasil, assim como em outros países do mundo, constituem o grupo social mais escolarizado e mais desempregado, ou, mesmo, inserido em trabalhos precários. Por exemplo, para os mais escolarizados, observa-se a proliferação do subemprego com a denominação estágio (Tanguy, 1998). Em São Paulo, de acordo com o Seade/Dieese, 800 mil jovens entre 15 e 24 anos estão sem ocupação, representando metade dos desempregados da Região Metropolitana de São Paulo, estimada em 1,6 milhão.1

Também deve ser apontada a desigualdade entre homens e mulheres, brancos e negros com o mesmo tempo de escolaridade, no mercado de trabalho, tanto em rendimentos como em condições de trabalho. A Pesquisa de Padrão de Vida (IBGE) divulgada em agosto de 1998, realizada em 5 mil domicílios nas regiões Sudeste e Nordeste, de março de 1996 a março de 1997, registra a desigualdade salarial entre trabalhadores chefes de família com 12 anos ou mais de estudo (Tabela 6).

A qualificação (escolaridade e formação profissional) se transformou no fetiche capaz de romper esse processo. Somas vultosas estão sendo gastas no mundo inteiro para requalificar trabalhadores. Os resultados são pífios se mensurados a partir da reinserção no mercado de trabalho, como atestam pesquisas em vários países. Também no Brasil, através do Programa Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor), com verbas do Fundo do Amparo ao Trabalhador (FAT), constituído pelas contribuições do

PIS e Pasep, foram despendidos 596,3 milhões de reais (45% na região Sudeste do país) para atender a 3,3 milhões de trabalhadores. Em São Paulo, de acordo com dados da Secretaria do Trabalho, 11% dos trabalhadores que cursaram programas de formação conseguiram se inserir no mercado de trabalho, em 1997 (Unitrabalho, 1997).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contradições apontadas neste trabalho sobre a relação entre escolaridade e formas de inserção no mundo do trabalho possibilitam, em primeiro lugar, reafirmar que qualificação para o trabalho é uma relação social (de classe, de gênero, de etnia, geracional), muito além da escolaridade ou da formação profissional, que se estabelece nos processos produtivos, no interior de uma sociedade regida pelo valor de troca e fortemente marcada por valores culturais que possibilitam a formação de preconceitos e desigualdades. Isso quer dizer que os conhecimentos adquiridos pelo trabalhador através de diferentes processos e instituições sociais 3/4 família, escola, empresa, etc. 34 somados às suas habilidades, também adquiridas socialmente e acrescidas de suas características pessoais, de sua subjetividade, de sua visão de mundo, constituem um conjunto de saberes e habilidades que significa, para ele, trabalhador, valor de uso, que só se transforma em valor de troca em um determinado momento histórico se reconhecido pelo capital como sendo relevante para o processo produtivo.

O reconhecimento do grau de qualificação do trabalhador pelas empresas se dá através de sua particular inclusão em diferentes níveis hierárquicos e salariais, em diferentes formas de relações empregatícias como trabalho assalariado (com ou sem registro), trabalho terceirizado, contratos temporários, trabalho sem remuneração. A qualificação assim compreendida expressa relações de poder no interior dos processos produtivos e na sociedade; implica também o reconhecimento que escolaridade e formação profissional são condições necessárias, mas insuficientes, para o desenvolvimento social. Isso porque se sabe que somente políticas e ações concretas, que possibilitem real desenvolvimento social e econômico (distribuição de renda, reforma agrária, reforma do sistema de saúde e educacional), podem estar superando desigualdades e construindo condições sociais que redundam em cidadania. E só encontram sentido social no interior de um projeto de desenvolvimento econômico que possibilite direitos sociais, entre eles, o trabalho. Nesse contexto, educação torna-se fundamental como um fim em si mesma, como condição sine qua non para a cidadania crítica, tal como descrita na introdução deste trabalho; vinculá-la ao trabalho sem mediações tem sido relevante para culpar as vítimas (desempregados escolarizados) ou legitimar ações políticas que possibilitam a "ilusão de desenvolvimento" (Arrighi, 1997) sem alterar a ordem social desigual.

Fonte: LILIANA ROLFSEN PETRILLI SEGNINI. Junho 2000. https://www.scielo.br/j/spp/a/7g5d46nQkNQ7KRdnfZP5mgk/?lang =pt

